

Moralidade e Responsabilidade em Tempos Sombrios

ADRIANA BENEDIKT¹

RESUMO

Este ensaio pretende discutir a questão da moralidade em tempos de crise, a partir das contribuições do psicanalista inglês Donald Winnicott sobre o surgimento da preocupação-com-o-outro e da reflexão do sociólogo polonês Zygmunt Baumann sobre moralidade e responsabilidade. Concluímos com a sugestão de que nosso desafio talvez esteja exatamente no desenvolvimento de nossa capacidade de imaginação, tendo como objetivo a superação da equação proposta entre proximidade-moralidade/distância-imoralidade. Talvez apenas o poder da imaginação, o poder com o qual uma pessoa consegue se imaginar no lugar da outra, possa nos dar alguma esperança e possibilitar que, mesmo à distância, possamos nos sentir moralmente responsáveis uns pelos outros.

Palavras-chave: Responsabilidade; criatividade; imaginação.

Não temos nenhuma evidência de que alguém que não seja deficiente mental seja por constituição incapaz de desenvolver um senso moral

DONALD WINNICOTT

De acordo com o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, a responsabilidade é o tijolo que constitui todo nosso comportamento moral e surge a partir de toda relação de proximidade do outro. Antes de toda e qualquer relação social, a moralidade é antes de tudo responsabilidade para com este próximo, condição de possibilidade para toda sociabilidade. A moralidade não é um produto da sociedade, mas algo que a sociedade manipula e direciona.

Uma vez que transformamos o próximo em um outro distante, um estranho, podemos substituir a responsabilidade pelo ressentimento e, deste modo, suportar a injustiça, o sofrimento, e mesmo a matança generalizada, como ocorreu durante o Holocausto, sem nos sentirmos moralmente atingidos. Neutralização, isolamento e marginalização do judeu ao lado, vizinho, amigo, foram imprescindíveis para que o aparato industrial, burocrático e tecnológico moderno pudesse ser acionado pelo Estado Nazista com relação ao judeu distante, retirado da vida cotidiana, isolado nos campos de concentração. A moralidade, diz Bauman, não ia tão longe. Ela tende a ficar em casa e no presente.

Deste modo, estamos em face de um duplo dilema: nossa moralidade primária desenvolve-se na proximidade com relação ao outro, mas a sociedade moderno-contemporânea cada vez mais constrói maiores distâncias entre os indivíduos que as compõem. É algo próximo ao que a psicanálise denomina de “narcisismo das pequenas diferenças”, que realimenta constantemente essa distância que nos faz sentir menos responsáveis uns pelos outros. Em tempos sombrios, é sempre bom refletirmos sobre o que nos torna humanos, próximos e distantes, morais e imorais. Em tempos de crise como a atual, é imprescindível que nos perguntemos sobre quem está próximo e distante. De algum modo, a sociedade brasileira, como qualquer um de nós, elege seus próximos e seus distantes.

Este ensaio pretende discutir a questão da moralidade em tempos de crise, a partir das contribuições do psicanalista inglês Donald Winnicott sobre o surgimento da preocupação-com-o-outro, e de Zygmunt Bauman sobre moralidade e responsabilidade, com base na reflexão de Emmanuel Lévinas. Concluimos com a sugestão de que nosso desafio talvez esteja exatamente no desenvolvimento de nossa capacidade de imaginação, tendo como obje-

tivo a superação desta equação proximidade-moralidade/ distância-imoralidade. Talvez apenas o poder da imaginação, o poder com o qual uma pessoa consegue se imaginar no lugar da outra, possa nos dar alguma esperança, e possibilitar que, mesmo à distância, possamos nos sentir moralmente responsáveis uns pelos outros.

Em *Deconstructing Harry*, filme de 1997, recém-lançado entre nós, Woody Allen constrói um personagem que se autodefine como alguém absolutamente incapaz de viver a realidade cotidiana e que apenas se encontra em casa, no terreno da ficção. Apesar disso, trata-se de um escritor em plena crise, no auge do que ele define como “bloqueio criativo”. Em sua vida afetiva, Harry Block apenas consegue acumular fracassos atrás de fracassos, produtos da crescente defasagem entre sua sexualidade desenfreada e uma moralidade aparentemente incapaz de contê-la.

De algum modo, podemos afirmar que Harry não encontra nenhum obstáculo para satisfazer seu “apetite sexual”, relacionando-se indiscriminadamente com todas as mulheres a seu alcance. E, como ele mesmo afirma, quem são as mulheres disponíveis, senão as mais próximas? Mesmo que sejam irmãs, parentes e/ou pacientes de suas mulheres “oficiais”?

Face à ausência de regras morais capazes de regular a sustentação das relações conjugais na sociedade contemporânea, Harry Block vê-se absolutamente inseguro quanto aos valores morais mínimos necessários para viabilizar uma relação afetiva mais duradoura. Incapaz de construir uma ética própria mínima para guiar sua relação com este outro-próximo, Harry adota duas estratégias: por um lado, estabelece relações cada vez mais pontuais com prostitutas; por outro, em função de seu bloqueio criativo, adota uma alternativa proustiana, tornando sua própria vida a matéria-prima de sua ficção. Com isso, além de não conseguir superar sua falta de criatividade, ele acaba atraindo para si a ira de todos os personagens aparentemente “reais” de sua vida. A revelação pública de tudo aquilo que fora experimentado de forma íntima e privada, e por todos aqueles com quem convivera ao longo dos anos, torna-se alguma coisa efetivamente a mais, excessiva para todos, desencadeando uma série de situações que a todo momento vão ultrapassando o tênue limite entre o privado e o público, o individual e o coletivo, a ficção e a realidade, o cômico e o trágico. É precisamente por colocar em questão essas distinções bipolares que o filme pode servir como instrumento privilegiado para esta breve reflexão sobre as interconexões entre a psicanálise e o contexto social nos dias de hoje.

1 - Uma primeira questão refere-se a esta necessidade crescente de exposição pública da vida íntima e pessoal. De algum modo podemos observar que cada vez mais o indivíduo torna-se o único responsável pela tarefa de construir sua individualidade de modo “livre e autônomo”, contando cada vez menos com as instituições que tradicionalmente sustentavam social e politicamente essa tarefa. Na verdade, instituições como família, religião, partidos e o próprio Estado, que outrora forneciam minimamente as bases de sustentação para a construção social das identidades, encontram-se, na atualidade, crescentemente desprovidas de qualquer legitimidade social, tornando-se, deste modo, frágeis bases de apoio para dar conta dessa tarefa vital para os indivíduos: a construção de sua própria individualidade. Uma tarefa que exige, de um lado, uma certa igualdade e/ou uniformidade, para que o indivíduo possa garantir minimamente sua aceitação perante seus pares e, de outro, uma certa singularidade, uma diferença básica capaz de sustentar sua personalidade como algo único.

De acordo com a leitura feita por Bauman sobre o trabalho de Niklas Luhmann (Luhmann, 1986), a condição existencial do indivíduo moderno é de um constante deslocamento e mobilidade, decorrente da passagem da sociedade pré-moderna estratificada para uma sociedade moderna funcionalmente diferenciada. Trata-se de uma existência onde todos os indivíduos estão deslocados de forma permanente.

“São estranhos em toda parte e, apesar dos seus esforços em contrário, em todos os lugares. Não há um só lugar na sociedade em que estejam realmente à vontade e que possa lhes conferir uma identidade natural. A identidade individual torna-se, portanto, algo a ser ainda alcançado (e presumivelmente a ser criado) pelo indivíduo envolvido” (Bauman, 1999, p. 211).

O indivíduo moderno encontra-se, deste modo, envolto em uma tarefa hercúlea, pois, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que precisa definir uma diferença única e estável entre sua própria pessoa e o mundo social, é totalmente indispensável que este mundo mais amplo, face ao qual precisa se diferenciar, reconheça, aprove e confirme sua própria identidade pessoal. Deste modo, se, por um lado, é imprescindível constituir-se como indivíduo autônomo e diferenciado, por outro, essa tarefa não pode se constituir de forma absolutamente autônoma e diferenciada sem colocar em risco seu próprio propósito. Ou seja, construir uma identidade social supõe o cumprimento de duas tarefas simultâneas; em primeiro lugar, o desenho de uma individualidade capaz de diferenciar-se suficientemente de seus pares para

obter o reconhecimento dessa distinção e, em segundo, capaz de possibilitar o fortalecimento dos laços sociais em função de sua conformidade a alguns valores sociais considerados básicos e comuns para a definição dos membros capazes de pertencer àquela comunidade.

Para Bauman, o paradoxo dessa individualidade que só pode ser construída pela confirmação social é o fundamento existencial do que ele denomina de competência especializada, ou seja, um sistema composto por uma série de especialistas que, escudados em alguma ciência e/ou técnica, exercem a função de mediadores capazes de gerenciar tais exigências paradoxais. Como sabemos, ao longo dos primeiros três quartos de nosso século, a teoria e a técnica psicanalíticas lograram alcançar um lugar excepcionalmente privilegiado, senão quase único, entre os bens e serviços capazes de atender às necessidades que eram outrora satisfeitas pelas relações amorosas, ainda segundo a análise de Luhmann interpretada por Bauman.

2 - Uma segunda questão refere-se à individualidade hoje. Se, como aponta Richard Sennett, o declínio do homem público produziu um indivíduo extremamente sequeiro de seu mundo interior, devotado a dedicar-se por longos períodos ao seu autoconhecimento, recorrendo, para tal, aos profissionais competentes legitimados pela sociedade contemporânea, notadamente os psicanalistas, atualmente o que se observa é uma profunda transformação no próprio modo de exercício psicanalítico, tanto por parte dos profissionais como dos próprios analisandos. A psicanálise deixou de ser a instância privilegiada para lidar com as questões vinculadas à subjetividade e ao tratamento dessa intimidade supostamente interiorizada e privada, passando a dividir a tarefa com outras práticas legitimamente reconhecidas pela sociedade contemporânea.

Não se trata mais de eleger o psicanalista como aquele único ser capaz de dar conta da esfera íntima e pessoal por sua especialização e conhecimento da teoria e da técnica psicanalíticas, por sua vez eleitas como as mais competentes para tratar de tais assuntos. A questão não é mais a do autoconhecimento, da revelação dos desejos mais profundos do sujeito, ocultos no seio de uma interioridade íntima, mas a do reconhecimento pelo outro de que temos uma subjetividade, uma diferença que apenas pode se fazer perceptível ao se expor, ao se expressar e mais do que tudo, se exteriorizar.

Nem é mais a questão da criação ou da auto-invenção, mas trata-se de um modo específico de constituição das subjetividades que passa, na prática, pelo reconhecimento do outro. Um outro que não é mais aquele outrinho das relações familiares e próximas, ou aquele Grande Outro das leis simbólicas,

que podia ser projetado na figura do psicanalista, mas sim deste outro tão fragmentado e diluído, que apenas pode se constituir no molde das próprias relações produzidas na e pela mídia. Cada vez mais é preciso ser reconhecido pelos meios de comunicação de massa, reconhecimento este que, por sua vez, se faz através de um modo bastante peculiar, o modo do consumo.

É somente ao nos revelarmos capazes de consumir não apenas os bens e produtos, mas basicamente os padrões de comportamento, opiniões e atitudes veiculadas pelos meios de comunicação de massa, que podemos ser reconhecidos como um outro, diferente ou igual, pela mídia. A questão de um outro diferente ou igual já não importa tanto, pois tanto a diferença como a igualdade já se encontram filtradas pelos próprios meios de comunicação. Nas sociedades das imagens ou nas sociedades de consumo, é aquilo que consumimos que produz tanto a diferença como a igualdade.

Deste modo, Harry nada mais faz do que atuar o que podemos chamar de modo contemporâneo de construção das subjetividades: quanto mais externalizável e publicizável for o que outrora era tido como íntimo, privado e pessoal, mais reconhecimento se obtém e é apenas este tipo de reconhecimento que pode nos conferir uma sensação mínima de identidade, íntima e fugidia como qualquer outro produto da mídia em uma sociedade das imagens e de consumo. Um reconhecimento que se aproxima perigosamente do que Andy Warhol popularizou como os quinze minutos de fama que fariam qualquer indivíduo brilhar no rol das celebridades contemporâneas. Ao menos por quinze minutos...

O que chamávamos de reconhecimento da igualdade e da singularidade de cada um torna-se crescentemente uma espécie de "indústria de subjetivação", parodiando aqui a "indústria cultural" de Adorno e Horkheimer. Trata-se de uma subjetivação produzida de cima para baixo, dos meios de comunicação de massa para os supostos indivíduos, que consomem os produtos e técnicas de subjetivação, tal como qualquer outro produto.

3 - Uma terceira questão se refere aos tênues limites entre ficção e realidade nos dias de hoje. Quando Harry se diz um incapacitado para a vida real, todos rimos, e nosso riso nervoso apenas denota um reconhecimento público da difícil tarefa de viver em nossas sociedades contemporâneas. Viver é, antes de tudo, um grande risco. Ou melhor, viver na realidade é o grande risco, pois nosso mundo hoje apenas nos oferece imagens e bens de consumo efêmeros. O que dizer de tudo aquilo que proporcionava solidez ao mundo de nossos antepassados? O que dizer da possibilidade de termos confiança na vida e uns nos outros em um mundo no qual a incerteza e a

imprevisibilidade são a base de tudo? Mais do que isso, o que dizer das relações construídas entre os homens em um mundo dominado por um mercado cada vez mais flexível, móvel e globalizado? Como construir uma ética humana possível, uma moralidade que possa escapar ao impasse proximidade / responsabilidade-distância / ausência de preocupação moral abordado acima?

De acordo com as idéias do filósofo de origem lituana Emmanuel Lévinas, retomadas por Zygmunt Bauman, nosso mundo moral se constrói inicialmente a partir da relação entre-dois, entre eu-e-outro. É precisamente nesse espaço de proximidade que nossa responsabilidade para com este outro próximo surge e é constantemente realimentada. O berço da ética reside assim nessa relação inicial, ainda despida de toda sociabilidade maior. Poderíamos aproximar as idéias de Lévinas às do psicanalista inglês Donald Winnicott, que também constrói sua teoria sobre o nascimento da ética humana a partir da relação dual entre a mãe-e-seu-bebê. Para Winnicott, a fonte de nossa capacidade de nos preocupar com o outro reside na relação primária entre a mãe e a criança.

Partindo do mito de origem construído por Freud para explicar a ansiedade e a culpa – a experiência da criança pequena que necessita aprender a lidar com seus “impulsos biologicamente determinados” de amor e ódio em um meio ambiente familiar e vivendo uma situação triangular, isto é, a relação mãe-pai-bebê –, Winnicott recua no tempo, situando a possibilidade de um desenvolvimento moral “espontâneo” – simultaneamente natural-e-cultural – na relação dual entre a mãe e o bebê. É no interior dessa relação que podemos observar o surgimento da capacidade de preocupar-se com relação ao outro que cuida, protege e nutre, ou seja, “em cada lactente e criança” podemos observar como o sentimento moral “se desenvolve de modo cru, de algo semelhante ao relacionamento de um ser humano reverenciado, um que pode compreender e perdoar [supostamente a mãe suficientemente boa]” e outro, o bebê, que é cuidado, alimentado, compreendido e perdoado em seus sentimentos ambivalentes de amor-e-ódio (Winnicott, 1990, p. 22 – grifos nossos).

Face aos conflitos entre os sentimentos de amor e ódio nutridos pela criança com relação, inicialmente, à mãe, e apenas posteriormente, em relação ao pai – sentimentos que não necessariamente precisam se reduzir aos desejos incestuosos e edipianos –, Winnicott descreve o sentimento de culpa como a capacidade de tolerância e contenção do conflito inerente à “vida normal”.

Nesta perspectiva, a culpa, para Winnicott, expressaria a capacidade de nos preocuparmos com o outro, sendo um elemento positivo e constitutivo de um desenvolvimento moral “espontâneo” – “espontaneidade” apenas passível de ocorrer em um ambiente suficientemente bom. Um ambiente que já envolve o natural e o cultural, pois, no pensamento winnicottiano, não há possibilidade de opormos natureza e cultura, indivíduo e sociedade, precisamente porque só há indivíduo em relação com o meio ambiente. Este, composto pela relação suficientemente boa que a mãe estabelece com o bebê, constitui-se já enrodilhado no caldo da cultura e da sociedade – curiosamente, a neurociência contemporânea, especialmente os trabalhos de Gerald Edelman sobre a memória, postula a mesma necessária inter-relação indivíduo-meio ambiente².

A partir deste solo comum entre os pensamentos do sociólogo polonês Zygmunt Bauman e o psicanalista inglês Donald Winnicott sobre o surgimento do sentimento moral, gostaríamos de tecer algumas reflexões acerca da moralidade possível em nossa atualidade.

De algum modo, em ambos os pensadores, coloca-se a questão das possibilidades de que essa relação moral, nascida da reunião de dois, possa sobreviver à intrusão de um terceiro, ou seja, do mundo social propriamente dito. Como preservar a moralidade nascida da proximidade em um mundo no qual o grande desafio é o desenvolvimento de uma responsabilidade moral, não apenas com relação ao outro próximo, mas, fundamentalmente, com relação ao outro distante, sem rosto? Como traçar metas mínimas com relação a uma moralidade possível hoje, em um mundo no qual observamos uma defasagem cada vez mais surpreendente entre o absurdo crescimento das conseqüências de qualquer ação dos homens e a ausência de uma expansão semelhante da capacidade moral humana? Se o projeto moderno pode ser descrito como o esforço de produzir a ordem em detrimento de tudo o que não pode ser previamente definido ou planejado, eliminando todo e qualquer traço de ambivalência, como lidar eticamente com a fragmentação, a contingência e a incerteza típicas das sociedades pós-modernas ou contemporâneas?

Em um mundo no qual assistimos à derrota gradual de todas as crenças que sustentavam o chamado projeto moderno – entre elas, a crença na universalidade do homem e no governo da razão esclarecida como substituto de toda e qualquer orientação moral –, não podemos simplesmente nos negar a ensaiar nossos primeiros passos no cumprimento dessa tarefa moral simplesmente por constatarmos sua enormidade e complexidade. Como pensar

uma moralidade mínima, já que perdemos todas as ilusões na possibilidade de construir valores morais universais, válidos para todos os tempos e lugares? Uma moralidade que, apesar de não ser universal, tampouco se traduza na simples adequação às regras burocráticas em uma sociedade cada vez mais de risco? Ou, ainda, que possa preservar a equação entre segurança-e-liberdade, típica do projeto civilizatório moderno, sem colocar em risco nem as demandas individuais de singularidade, nem tampouco as condições que asseguram uma qualidade de vida, não apenas para a espécie humana, mas também para as outras espécies que habitam nosso planeta?

Independentemente de quaisquer questões ligadas à possibilidade ou impossibilidade das relações amorosas ou de amizade no mundo de hoje, como pensar na construção de uma ética das relações humanas capaz de conferir maior dignidade e sustentação a algumas idéias que podem nos interessar preservar, a despeito da falência das instituições – família, tradição, política, social etc. – que as veicularam em sua origem? Como estar em casa em um mundo de párias, turistas e vagabundos?

Neste mundo “real”, talvez, nossa única opção seja mesmo o poder da imaginação, compreendido aqui como a habilidade que cada um de nós possui de nos colocar no lugar do outro, de sentirmos suas dores como se fossem nossas, de rirmos de nossas próprias dores como se fossem de outrem ou de olharmos para as pequenas tragédias que nos abatem como se tivessem ocorrido há muitos anos. Como propõe o escritor israelense Amós Oz, o único remédio contra o fanatismo é a possibilidade de desenvolvermos cada vez mais a tolerância. Além do poder da imaginação, talvez, apenas o poder do riso possa contribuir ativamente para a construção de um mundo moralmente mais tolerante. Nas palavras de Oz:

(...) o humor é um grande redentor – alguém capaz de rir de si mesmo deixa de ser um fanático. O bom humor, afinal, contém relativismo, e o relativismo talvez seja capaz, até certo ponto e em alguns casos, de nos ‘ensinar a superar nossa loucura’” (Oz, 1999).

É o que também parece nos dizer nosso Harry Block / Woody Allen. Nada como o mundo da ficção para nos permitir o exercício da imaginação, da tolerância e da capacidade de olharmos com humor para nós próprios e aqueles que nos rodeiam, próximos e/ou distantes. Se seis milhões de judeus morreram no Holocausto, isto não confere a ninguém nenhuma garantia ética, seja como vítima, seja como carrasco. “Os recordes estão aí para serem quebrados”, alerta-nos Harry Block. Nada nos garante que, se não

formos atentos, não poderemos enquanto humanidade repetir os mesmos erros e até superarmos nossos próprios recordes de desumanidade e amoralidade.

De algum modo, o mundo da ficção nos permite exercitar o poder da imaginação sem necessariamente termos que arcar com as conseqüências de nossos atos. E, nesse sentido, talvez, possa cumprir um papel fundamental na construção de uma moralidade possível nos dias de hoje. Nele talvez possamos discutir e preservar minimamente alguns dos valores humanos que consideramos desejáveis e necessários para a preservação de relações mais dignas e solidárias entre os homens.

Para Harry, um artista, um escritor que vive em terras nova-iorquinas, em plena Manhattan, a grande saída é a ficção que ele mesmo produz. No século do cinema e da televisão, na sociedade das imagens onde, na metáfora de Jean Baudrillard, não existe mais o espaço da ilusão, fundamental para qualquer distinção entre mundo imagético e mundo da realidade, vivemos todos imersos em uma hiper-realidade capaz de minar qualquer possibilidade criativa. Nesta sociedade, até a ficção artística é um bem a ser consumido e o qual consumimos desbragadamente como qualquer outra droga, com o intuito de buscar um prazer imediato, quando qualquer outro de maior duração tornou-se inviável. Deste modo, a desconstrução de Harry, o seu desnudamento, humilhação, descida aos infernos e mesmo sua prisão, tornam-se elementos fundamentais para que ele possa finalmente voltar a criar e a escrever.

Através de sua desconstrução, de sua humilhação e principalmente de sua descida aos infernos, Harry alcança a liberação do mundo real, não pelo perdão que ele concede ao próprio pai ou pela benção que concede ao amigo Larry – que o trai ao seduzir sua namorada – mas pelo reconhecimento e aprovação de seus próprios personagens de ficção: ao reunir todos os personagens de sua obra, seja de vida, seja de arte, em um ato de comemoração e de reconhecimento de si mesmo. Nesse momento, vida e arte se misturam, os personagens de ficção somam-se às figuras de sua vida real, em um ato de celebração, não apenas de seu criador – o escritor de ficção, Harry Block – mas, fundamentalmente, do próprio fazer artístico, que, no caso específico, reúne de forma excepcional imaginação, tolerância, antifanatismo, relativismo – e humor!

O reconhecimento que, finalmente, libera e desconstrói Harry, permitindo-lhe retornar a sua vida criativa, é o reconhecimento que seus próprios personagens, por ele mesmo criados, lhe oferecem. Personagens nos quais

vida e arte se confundem e que, no final, lhe concedem o tão ansiado perdão, pronunciado de forma mais veemente, através de uma estudante de sua obra que lhe diz que, por detrás de sua aparente tragédia e tristeza, se oculta um humor e uma alegria sempre presentes, capaz de fazer com que, se Harry, na vida real, apenas é capaz de magoar aqueles com quem se relaciona, suas mulheres, parentes, os adeptos da própria religião tão relegada por ele – o judaísmo –, no mundo da ficção, torna-se capaz de fornecer-lhes um bem precioso, a graça de dar gargalhadas, de rir de outrem e de si mesmos.

Desconstruir Harry é, deste modo, um processo de expiação que acaba revelando que, por detrás de toda angústia e toda tragédia do homem contemporâneo, são nossos risos que levaremos conosco. Como nos diz Larry, o amigo traidor, transfigurado em Lúcifer na descida de Harry Block ao mundo de Hades, algo mais ou menos assim: “a vida é como Las Vegas, perde-se aqui, ganha-se ali, no final, a casa ganha e se bobear, você nem se diverte”. Ou seja, sempre perdemos aqui, ganhamos ali e, no final, o que conta mesmo são nossos risos.

Como nos diz um outro personagem de Woody Allen, em *Crimes and misdemeanours* (*Crimes e pecados*, 1989), o cômico é a capacidade de rirmos da tragédia um tempo depois, de estabelecermos uma distância entre nós e o acontecimento. Uma capacidade que, acreditamos, apenas pode se sustentar pelo poder da imaginação, ora nos aproximando dos que estão distantes, ora nos distanciando de nossas próprias dores e temores – tornando-nos, enfim, capazes, mesmo em face dessa hiper-realidade, de buscar construir um mundo melhor, ainda que, inicialmente, apenas no terreno da ficção.

E se pudermos ao menos dar boas gargalhadas, talvez possamos também exercer ativamente nosso poder de imaginação, colocando-nos uns no lugar dos outros, mesmo distantes, mesmo sem rostos. E, lembrando Dostoiévski, outro grande artista que colocou a questão da moralidade no centro de sua obra ficcional, quem sabe possamos nos sentir moralmente comprometidos com este outro distante, pois, se Deus não existe, tudo nos é possível, desde o ato mais vil até o ato mais nobre.

Se Deus não existe, apenas nós, humanos, podemos nos responsabilizar por nossos semelhantes e dessemelhantes, próximos e distantes. Em suma, parodiando Dostoiévski, sermos todos responsáveis por todos, por todos os homens perante todos, e cada um de nós mais que os outros.

Referências Bibliográficas

ADORNO, T., HORKHEIMER, M. *A dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1985.

BAUMAN, Z. *Globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.

_____. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

_____. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

_____. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.

BENEDIKT, A. *Memória e narrativa: uma experiência de auto-invenção*. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

LUHMANN, N. *Love as passion: the codification of intimacy*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1986.

OZ, A. *Carta a Kenzaburo Oe*. Folha de São Paulo, Caderno Mais!. São Paulo, 10 de janeiro de 1999.

SENNETT, R. *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WINNICOTT, D. *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

NOTAS

1 Psicanalista, professora de Estética da Comunicação do Departamento de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; psicóloga do Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro (CPRJ).

2 A este respeito, ver BENEDIKT (1997).

ABSTRACT

Morality and Responsibility in Somber Times

This essay is intended to discuss the issue of morality in times of crisis based on the contributions of English psychoanalyst Donald Winnicott concerning the emergence of concern for the other and the reflections of Polish sociologist Zygmunt Baumann on morality and responsibility. We conclude by suggesting that our challenge lies precisely in the development of our capacity to imagine, with the objective of overcoming the equation proposed between proximity-morality/distance-immorality. Perhaps only the power of imagination, the power with which a person succeeds in imagining himself in the other's place, may give us some hope and allow use to feel morally responsible for one another, even at a distance.

Keywords: Responsibility; creativity; imagination

Recebido em: 12/11/2001.

Aprovado em: 18/01/2002.